



Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

PARECER JURÍDICO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Trata-se de Parecer ao Projeto de Lei nº 85/2.020, recebido em 12/03/2.020, de autoria do nobre Vereador Tiago Piotto da Silva.

Em análise ao Projeto de Lei Ordinária, que pretende Denominar a Rua 3 do Residencial Riviera Ibitinguense, de RUA "**Augusto Sabino Pereira**", verificamos o seguinte:

Dispõe a Lei Municipal 4.174/2015, de Autoria do Poder Legislativo:

Art. 1º. Além das exigências estabelecidas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, a denominação de próprio, via e logradouro público obedecerá às exigências desta Lei.

Art. 2º. O autor da proposta de denominação de próprio, via e logradouro público deverá apresentar anexo ao Projeto, os seguintes documentos:

I - Certidão de óbito do homenageado;

II – “Curriculum” de vida do homenageado;

IV - Certidão expedida pela Prefeitura Municipal:

**a) constando que o próprio, objeto da proposta de denominação,
está com sua obra pública efetivamente concluída;**





Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

b) constando a quantidade de próprio, via e de logradouro público aberto no loteamento, especificando, se houver as que são mero prolongamento de via antes existente;

c) constando que a via ou o logradouro público tem seu registro regular junto ao setor competente da Prefeitura e que não possui denominação.

Nota-se que não foram juntados à propositura, a Certidão de Óbito, o Curriculum, a Certidão de conclusão do loteamento; que a via não é prolongamento de via já existente e que possui registro junto ao setor competente da Prefeitura Municipal.

Assim, recomendamos seja oficiado ao autor da propositura, para a juntada nos autos, dos referidos documentos acima citados, sob pena de inviabilidade jurídica do Projeto de Lei.

Esse é o Parecer, respeitando opiniões adversas, “sub censura”.

Ibitinga, 28 de abril de 2020.

RICARDO TOFI JACOB
DIRETOR JURÍDICO

